

Os Fundamentos Poéticos do Documento.  
A Propósito de uma Página Exemplar do *Leal Conselheiro*.

José Adriano de Freitas Carvalho

---

Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos  
Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, p. 379-394



## Os Fundamentos Poéticos do Documento. A Propósito de uma Página Exemplar do *Leal Conselheiro*.

José Adriano de Freitas Carvalho

I - Dum modo geral, e falando apenas de nós, nos últimos anos - datemos assim vagamente -, os estudos de História - a História como disciplina heurística e hermenêutica - perante a quase exclusiva fama - que tantas vezes cobriu a falácia de alguns métodos ou, pelo menos, da sua aplicação - da história económica e social, abandonaram o "documento literário" sob o pretexto de não ser (ou ser escassamente) merecedor de fé..., mas ainda, o que parece ser mais grave, a sua irredutibilidade intrínseca à "realidade" que seria o terreno da História e, logo, das suas fontes...

A Poesia e a História descobriam, muito tempo depois de cada uma se julgar capaz de *iluminar* a outra, que não só se situavam em níveis diferentes de inteligibilidade, como também que os seus códigos eram, conseqüentemente, diferentes. A Poesia percebia que o *verde pino* do rei nada tinha a ver com o pinhal de Leiria... e a História não podia aceitar que o Cid Rui Díaz tivesse possuído um leão que se escapara da jaula... Em outra ordem de ideias, mas conducente à mesma perspectiva, concebia-se que o *Outono da Idade Média* era um belo Outono, mas "felizmente", irrepetível... e apesar das várias sugestões de L Febvre em tantas páginas dos *Combats pour l'Histoire*<sup>1</sup>, o literário só muito recentemente tem vindo a descobrir - ou a redescobrir? - que também é histórico - na plena acepção da palavra - e, logo, a reconquistar o prestígio do *histórico* - penso, escolhendo-os afectivamente, nos estudos de A Murray..., de Franco Cardini..., de Cario Ginzburg<sup>2</sup>... - sem ser necessário recorrer ao fascínio de qualquer método ou ao apoio, reduzido a simples rótulo alguma vez, de qualquer sociologia...; e o *documento* tem vindo a constatar que a retórica e os processos poéticos podem corromper a «segurança» da realidade, a começar pela dos próprios números<sup>3</sup>... Por outro lado, os estudos sobre *la sensibilité d'autrefois* (entre nós com um talvez único exemplo<sup>4</sup>), sobre a hagiografia..., os níveis culturais..., o medo..., os silêncios..., são campos em que o *literário*, definidos os objectivos e as cautelas, se tem revelado um generoso *documento*...

Por sua vez, sob o fascínio de diversos formalismos, tolerando a história literária com uma respeitável tradição que, algum dia, se devoraria a si mesma e aceitando-lhe, sem, contudo, os ter previsto, os seus desafios, os estudos literários têm lentamente começado a perceber que o *documento* é, também, uma questão de distância - e de distanciamento -, essa distância que pode unir, através de mil textos e sinais, o pinhal do rei e o *verde pino* onde o poeta perdeu um anel...

De qualquer modo, porém, a História com o seu amor ao *documento* e a literatura com o seu amor ao *outro* do documento só ganharão em reconhecer-se. Com efeito, há textos que só serão abordáveis

---

<sup>1</sup>L FEBVRE, *Combats pour l'Histoire*, Paris, librairie Armand Collin, 1953, pág. 245-275, série de ensaios, ainda plenos de actualidade, que intitulou, *Regarás sur le Voisin ou Frères qui s'ignorent...*

<sup>2</sup>A MURRAY, *Razón y Sociedad en la Edad Media*, Madrid, Taurus, S.A (1983); Franco CARDINI, *Minima medievalia*, Firenze, Arnaud Edt, 1987; Cario GINZBURG, *Miti, emblemi e spie*, Torino, Einaudi, 1986..

<sup>3</sup>A MURRAY, *Razón y Sociedad en la Edad Media*, ed. cit, pág. 107-203, ponderou, de forma brilhante, estes aspectos.

<sup>4</sup>L FEBVRE, *Combats pour l'Histoire...*, ed. cit. Pág. 221-238 («Comment reconstituer la vie affective d'autrefois? La Sensibilité et l'histoire»); Maria Adelaide Godinho Arala Chaves, *Formas de Pensamento em Portugal no século XV*, Lisboa, Livros Horizonte, s.a.

naquilo que têm de mais específico e, logo, poético -, se a História e a literatura os fizerem seus... É o caso, entre tantos, do *Leal Conselheiro* do rei D. Duarte, um texto que a Psicologia..., a Psiquiatria..., a Filologia..., a História Cultural já abordaram<sup>5</sup>, mas do qual a História e a literatura ainda não lograram aproximar-se. E, talvez, o texto do Rei Eloquentemente permita, através duma página e dum exemplo precisos, fazer ver a urgência e (porque não?) a rentabilidade desse reconhecimento mútuo e urgente da História e da Poesia.

Como é bem sabido, D. Duarte no *Leal Conselheiro* - um texto muito mais organizado do que geralmente se tem afirmado -, ao falar extensamente de pecados e vícios, dá especial atenção à vanglória. Com efeito, a este pecado - um pecado particularmente "nobre"? - dedica o rei três capítulos<sup>6</sup>, ponderação só talvez superada pela atenção que dedica à tristeza e seus matizes. E, se no primeiro lhe analisa as origens e as manifestações e, no segundo, trata do *caso em que presta a vã glória...*, concedendo, talvez ainda sob a influência dum clima moral de comportamento "nobre", importância ao *boo e grande nome...*, *afama de que muyto se preza...*, como meio de evitar esse pecado, no terceiro, voltando a estas perspectivas, avança um pouco mais na análise apoiado em alguns casos de *histórica* exemplaridade. Assim, depois de ponderar que *semelhante presta muyto nas pellejas e grandes feitos cada hui se teer em tal conta...*, pensa que *se a nosso senhor despraz nos outros casos a vã glória, que muyto claramente nos mostra taaes abatimentos nas cousas de que nos queremos gloriar e gabar, que bem podemos conhecer como elle quer de todos os nossos beens a el seerem dados louvores*. Toda a esperança deve ser, pois, posta em Deus, *assy o teendo no coraçam eperpallavra claramente o confessando*. *E com tal teençom avendo principal esforço em sa graça, todos grandes e boos feitos a nos possyvees podemos cometer e contynuar, esperando aver dyvyda conclusom*<sup>7</sup>...

Deste modo, *por dar boo exemplo, o propósito que avemos de nos guardar de pecado e cousas mal feitas, como sam Paulo dizia que nunca seria que elja mais em ai filhasse glória se nom em na cruz de nosso senhor Jesus Cristo. E que a morte, vyda, anjos, poderios nem cousa o parteria da ssua caridade*<sup>8</sup>. É nesta sequência que D. Duarte apresenta dois testemunhos exemplares - essa exemplaridade que, aliás preside a toda a obra - da doutrina que acaba de reflectir: o exemplo de seu pai, D. João I, durante a viagem à conquista de Ceuta, e o de seu primo, o rei Henrique de Inglaterra, durante a batalha de Azincourt. Dois exemplos da sua família... e em circunstâncias pessoais que os afirmavam como guerreiros e reis - logo, duplamente exemplares - de que, como deixou assinalado, somente *aquelles que verdadeiramente em sy conhecerem tal teençom, quando vyrem que compre, podem com reverença devida a nosso senhor deos bem declarar seu desejo e voontade...*, coisa que, em outras circunstâncias e finSj seria *sobeja presunçom, gabamento, e vã glória*<sup>9</sup>...

É este o contexto moral em que se enquadram esses exemplos reais - que mais exacta realidade que os reis? - dos quais nos interessa de sobremaneira o *exemplo* do Rei de Boa Memória. Vale a pena transcrevê-lo:

*... E o muy vyturioso e de grandes virtudes Elrey meu senhor e padre, cuja alma deos aja, estando entre Gibraltar e Aljazira, em mynha presença, de meus irmãaos os ifantes dom Pedro, dom Henrique e o conde de Barcellos e dos do sseu conselho, seendolhepor muytas rezõoes dietas per algiius delles contrairos de nossa teençom, afirmando que nom devya tornar sobre Cepta, de que se levantaria com grande fortuna por os muytos synaaes, venturas contrairás que ouvera per a morte da muy virtuosa Raynha minha senhora e madre e tempo contrairo que muytos dias nom conseentio que filhássemos o porto, e grande pestenença que na frota era, el disse que o coraçom nom lhe cossenteria de partir ataa provar toda sua*

<sup>5</sup> M. Rodrigues LAPA, *D. Duarte e a Prosa Didáctica*, in *Lições de Literatura Portuguesa - Época Medieval*, Coimbra, Coimbra Editora, 1964 (5ªed.); J. DANTAS, *A Neurastenia do Rei D. Duarte*, in *Outros Tempos*, Lisboa, s.d. (3ª ed.), pág. 18; Faria de VASCONCELOS, *Contribuição para o Estudo da Psicologia de EL-Rei D. Duarte*, Brotéria, XXV (1937), pág. 404,576; R RICARD, *Le "Leal Conselheiro" du Rei D. Duarte de Portugal*, in *Études sur l'histoire religieuse du Portugal*, Paris, Centre Culturel Portugais, 1970, pág. 62-86; Maria de Lourdes Correia FERNANDES, *Da doutrina à vivência. Amor, amizade e casamento no "Leal Conselheiro" do rei D. Duarte* in *Revista da Faculdade de Letras do Porto*, IP Série, I (1984), 173-194; José GAMA, *A filosofia da cultura portuguesa no "Leal Conselheiro" de D. Duarte*, Lisboa, Fundação C. Gulbenkian/JNICT, 1995.

<sup>6</sup> D. DUARTE, *Leal Conselheiro*, ed. crítica e anotada organizada por Joseph M. Piei, Lisboa, livraria Bertrand, 1942; cap. XII - *Da vã glória* (pág. 4147); XIII *Do caso em que presta a va glória* (pág. 4547; XTV - *Que falia da dieta Vã glória* (pág. 48-51).

<sup>7</sup> D. DUARTE, *Leal Conselheiro...*, ed. cit. cap. XIV, pág. 49

<sup>8</sup> D. DUARTE, *Leal Conselheiro...*, ed. cit. cap. XTV, pág. 50

<sup>9</sup> D. DUARTE, *Uai Conselheiro...*, ed. cit. cap. XIV, pág. 50

força. E que mais querya morrer em o provar, fazendo seu dever, que de tal guisa se partir, ca dos synaes e ventuiras os boos hoomees nom ham fazer conta onde fossem certos que obram dereitamente, mais devyam continuar ataa mais nom poderem. Eque, nom embargando todas suas razões, com a graça do senhor deos entendiaa filhar a cidade. E por sua merce foy feito melhor que se podia peenssar<sup>10</sup>.

Apesar da transparência das suas linhas gerais, convirá reler atentamente este texto como meio de sublinhar alguns dos seus elementos.

Depois do elogio filial, feito em termos comuns a outros lugares da obra, D. Duarte situa-nos num espaço - algures entre Gibraltar e Algeciras - e num tempo - um momento do encontro entre D. João I, os seus filhos presentes na armada que se dirigia a Ceuta (D. Duarte, D. Pedro, D. Henrique e o Conde de Barcelos), e os dos *sseu conselho*... Não haveria qualquer inconveniente em ver em tal encontro uma sessão do conselho do rei para essas circunstâncias. Nesse lugar e nesse momento foram apresentadas *muytas rezões* por *alguus* [...] *contrairos* à *teençom* de ir de novo sobre Ceuta... Nesta última afirmação vão referidos os dois (pelo menos) grupos que se enfrentavam nessa sessão e o objecto do debate. Convirá, no entanto, notar que pelo que diz respeito ao primeiro ponto, D. Duarte, aludindo, nesta ocasião, a *alguus contrairos* apresenta-os como *contrairos de nossa tensão*, o que equivale a identificá-los negativamente, isto é entre esses não se encontravam ele e os seus irmãos<sup>11</sup>. E, deste modo, o autor do *Leal Conselheiro*, cerca de vinte anos depois dos acontecimentos, compraz-se em assinalar essa unidade de interesse, pontos de vista e vontade entre o rei e os infantes, o pai e seus filhos.... perspectiva essa tão cara a D. Duarte e tão proclamada na sua obra. Nesse *nossa tensão* vai toda uma identificação e unidade que deixaria pensar que esses *alguus contrairos* eram todos os outros... Em segundo lugar, e intimamente relacionado com o que acabámos de ponderar, deve anotar-se que D. Duarte não precisa muito melhor os contornos do objecto do debate, pois não informa, por exemplo, se a opinião desses *alguus contrairos* que defendiam que o rei *nom devya tornar sobre Cepta* continua ou retoma um debate e oposição anteriores, situados no próprio reino antes da partida - e que existiriam<sup>12</sup> - ou se apenas, perante as circunstâncias do momento, esses mesmos *alguus contrairos* procuravam adiar a conquista de Ceuta para um momento mais favorável. Os argumentos utilizados por esses *alguus contrairos* parecem, porém, indicar as duas possibilidades, e, assim, haveria dois grupos momentaneamente unidos... - e identificados, sem mais, nesses *alguus contrairos* -, pois na argumentação servem-se de argumentos cronológica e circunstancialmente distintos. Efectivamente, se o argumento primeiro diz respeito aos *muytos synaes, ventuiras, contrairás que ouvera per morte da muy vyrtuosa Raynha minha senhora e madre* - uma circunstância que nos remete para o reino e para os últimos dias antes da partida da armada -, o segundo aponta para circunstâncias do momento que dificultam a realização final do objectivo da viagem - o tempo desfavorável que impediu entrar e tomar o porto de Ceuta e a peste que grassava (vinha grassando...) na armada... Assim, nada impede que a esses «alguns» que já no reino se mostravam desfavoráveis à empresa se juntassem mais alguns impressionados pelo tempo e pela peste..., essa peste, consequência do eclipse e que, deste modo, como que une as prevenções contrárias que no reino já se faziam sobre a ida a Ceuta e as ditadas pela tempestade que, entretanto, desabara sobre a armada. Com efeito, deve notar-se que o argumento mais remoto - os sinais..., a morte da rainha - parece, então, cobrar actualidade e vigor, porque a tempestade impediu o tomar do porto. É um sinal anterior que confirmava os sinais actuais: o tempo e a peste. Mas uns e outros são sinais que devem desaconselhar o rei a voltar sobre Ceuta, isto é, a enfrentar, antes de mais, o mar..., o tempo e depois os inimigos.

O resto do texto ocupa-o a resposta de D. João I..., uma resposta que, tal como no-la transmite o autor do *Leal Conselheiro*, talvez se inscreva, com naturalidade, na interpretação que fizemos da troca de opiniões (e opções) manifestadas durante esse conselho. Deverá, então, salientar-se que o rei desenvolve a sua resposta em três tempos, intimamente relacionados, é certo, mas, ao parecer, com

<sup>10</sup> D. DUARTE, *Leal Conselheiro*..., ed. cit, Cap. XIV, pág. 50-51

<sup>11</sup> Nunca será demais lembrar a carta que por D. Duarte foi enviada aos infantes de Aragão (25.1.1435), conhecida pelo título *Da maneira que el-rei D. Duarte e os infantes seus irmãos se haviam com el-rei D. João, seu pai* que se guarda entre os papéis do *Livro dos conselhos de el-rei D. Duarte* ["livro da Cartuxa"], como pode verificar-se pela transcrição que dele deu João José Alves Dias, Lisboa, Editorial Estampa, 1982, 100-113) que veio a formar o capítulo XCVIII do *Leal Conselheiro*.

<sup>12</sup> Gomes Eannes de AZURARA, *Crónica da Tomada de Ceuta*, (ed. de Francisco Maria Pereira), Lisboa, Academia da Ciências, s. a. (1915), cap. XLVII - pág. 144-146.

objectivos imediatos não absolutamente idênticos, ainda que destinados, os dois primeiros, a reforçarem-se e a sublinharem a decisão final.

Em primeiro lugar, afirma o Rei de Boa Memória que *o coração nom lhe consenteria de partir ataa provar toda sua força...* Com tal declaração, apelando ao seu saber e assinalando-lhe a origem, o rei insiste - é o termo - na sua força, já que no coração, onde *omnis sollicitudo et scientiae causa manet*<sup>13</sup>, reside a verdadeira força - a coragem<sup>14</sup>. Com efeito, se por *sua* força também poderia querer significar, por se tratar da sua frota, a força dos *seus* homens..., dos *seus* corações, frente a adversidades e a adversos, é, todavia, sempre o coração - o *seu* - que lhe impede a retirada diante dos sinais, do mar, da tempestade, dos inimigos ... Dir-se-ia que, por um momento, o rei como que reivindica para si a disposição de enfrentar sozinho, isto é, sem o concurso desses *algius contrairos*, o destino. E ao precisar, desse modo, os seus alvos, o rei exclui, liminarmente, como adversidades a ter em conta, os agoiros aludidos e esses *sinaaes e ventuiras contrairás* que esses alguns manejavam como argumento reportável a circunstâncias próximas passadas - a morte da rainha - ou presentes - o tempo e o mar. ... Em qualquer caso, porém, julga o actual e actuautes.

O segundo momento da resposta - *mais querya morrer em o provar, fazendo seu dever, que de tal guisa se partir, ca dos synaaes e ventuiras os boos homèes nom ham fazer conta onde forem certos que obram diretamente, mais devyam continuar ataa mais nom poderem...* - não faz senão confirmar o que se acabava de concluir, já que tudo aí, mesmo as mais "aparentes" precisões, tem um valor reiterativo.

Efectivamente, o rei, retomando o princípio de não abandonar a empresa *sem provar toda sua força*, esclarece que se recusa a *partir de tal guisa...*, o que equivale, em última instância, a confrontar a fuga à morte com o risco de morrer... Na perspectiva do rei, a aceitação e submissão a *synaaes e ventuiras...* por parte desses *algius contrairos* não tem outra finalidade senão o retirar para não morrer, enquanto a negação desses mesmos sinais significa a aceitação da morte como um risco. A coragem - digamos *toda força* do seu *coração* - é agora afirmada em relação à morte. Mais ainda: é exaltada pelo rei à categoria de dever, pois considera o *provar* essa *força...*, essa coragem, um dever, dever esse por que está disposto a morrer. E a justificação desse dever parece encontrar-se na "certeza" de *obrar diretamente* que assiste aos *boos hoomèes...*, o que tem como consequência, e o rei di-lo, não ter em conta agoiros e venturas... É em nome deste *estar certo* que o rei decide - corajosamente -, enfrentando sinais..., mar..., tempo... e inimigos..., ir até ao fim.

O terceiro momento, preciso como a conclusão de um correcto silogismo, reafirma, através de um aceno delicado aos seus *algius contrairos* - *nom embargando todas suas rezõoes* -, mas em termos inexcusáveis, que *com a graça do senhor deos entendia filhar a cidade...*

D. João I confrontou-se, assim, em diferentes níveis com diferentes realidades - *algius contrairos* no seu conselho..., *synaaes e ventuiras contrairos...*, o mau tempo..., o mar..., a peste..., e, naturalmente, os inimigos... - que aparentemente convergiam para impedir a tomada de Ceuta. E porque o considerava um dever, pôs nisso *toda sua força* do seu *coração...*

O comentário de D. Duarte - *e por sua merce [de Deus] foy feito melhor que se podia peensar...* - explicita, então, como, por mercê de Deus, tudo concorreu para exaltar a coragem do rei, seu pai, e como, de acordo com a sua pretensão de o erguer a caso exemplar, o rei de Boa Memória pôde rectamente *declarar seu desejo e vontade* sem cair em *sobeja presunçom, gabamento e vã gloria...*

E se não é este contexto moral do *exemplo* nem a sua lição que nos interessam de momento, há, todavia, que fixá-los, pois sublinham a visão que D. Duarte de seu pai transmite ao longo do *Leal Conselheiro* e em algumas páginas do *Livro de Ensinança de cavalgar toda a sela*<sup>15</sup>. E, assim, apesar do rei Eloquentes, ao isolar esse episódio de entre vários de que foi testemunha e também protagonista durante a conquista de Ceuta, lhe atribuir, necessariamente, um valor *documental* - valor sem o qual o *exemplo* não poderia existir nesse contexto -justifica-se um confronto do que narra o rei - o essen-

<sup>13</sup> ISIDORO DE SEVILLA, *Etimologias* (ed. bilingue preparada por José Oroz Reta e M.<sup>á</sup> Marcos Casquero), Madrid, B.A.C., 1983, XI, 1, 118-119 dlvlpág. 32)

<sup>14</sup> Gomes Eannes de AZURARA, *Chronica do Conde Dom Pedro de Meneses* (ed. fac-similada da publicada pelo Abade Correia da Serra na *Collecção de Livros Inéditos de Historia Portuguesa*, Lisboa, Academia das Sciencias, 1792), Porto, 1998 (com "Nota de Apresentação" de José Adriano de Freitas Carvalho), 232 diz-nos que D. João I ao escolher D. Pedro de Meneses para capitão da recém conquistada praça, considerou a sua «grandeza de coração».

ciai e o secundário - com o que, correspondentemente, narra esse conjunto de *documentos* que é a *Crónica da Conquista de Ceuta* de Gomes Eannes de Zurara. Não duvidemos nem da fidelidade do testemunho nem da memória dum rei, mas é sempre útil ver como a História resulta escrita, como ela opera a sua forçosa selecção e, conseqüentemente, como cria as suas distâncias e aproximações.

Curiosamente, porém, Zurara não regista, ou, pelo menos, não regista *assim*, tais acontecimentos e é mesmo possível que os tenha ignorado *assim*, mesmo se não ignorou o *Leal Conselheiro*<sup>5</sup>. Efectivamente, depois, dos momentos em que a rainha D. Filipa entrou em agonia - morte rodeada de *sinais e visões*<sup>11</sup> - o cronista regista as seguintes reuniões do conselho real:

- a primeira, certamente ainda sob a impressão dos *tamanhos três synaes* - a *grandepostenença*..., o "cris" do sol..., a doença e, logo, falecimento da rainha - reunindo, por ordem de D. Duarte, todos os do conselho que estavam em Lisboa para decidir sobre a retirada de D. João I para Alhos Vedros<sup>18</sup>;

- a segunda, reunida no Restelo, em que tomam parte os conselheiros que *estavam mais prestes*- catorze pessoas com os infantes -, sobre levar a cabo ou não a expedição sobre Ceuta..., em que votaram sete contra sete..., e cujas razões Zurara aponta com *clareza*, sublinhando quanto, para os primeiros, contavam mais o serviço de Deus, as despesas feitas, a fama divulgada, e quanto a morte da rainha, por chorada que fosse, não devia estorvar o empreendimento, *ca a Rainha nom era mais que huua molher, cuja morte nom trazia outra torua pêra seu propósito, soomente a tristeza que ellesporsua causa filhavam, a qualprazeria a Deeos que abramdaria a boa amdança da vitoria*<sup>19</sup>, e quanto, para os segundos, a empresa deveria ser adiada, porque a Deus não *aprazia semelhante movimento, por quanto ante os nossos olhos traz tam manifestos synaes, per que de rrezam deuemos creer que o nosso movimento he contrayro de sua voomtade*... A esses *manifestos synaes* juntavam, com prudência, o aumento de contágio pestífero nos navios<sup>20</sup>...;

- a terceira, uma reunião breve, e com reduzido número de conselheiros, em Alhos Vedros, *sob Mu alpendre*, para dar conta a D. João I do resultado da anterior, em que o rei, descoberto, discorre sobre os *empachos* levantados. Considerando o mais forte a morte da rainha e dando aos *sinais* uma interpretação providencial positiva e favorável<sup>21</sup>, o rei decide, num tom de resposta e formulação que se aproxima do que lealmente<sup>22</sup> «traduz» D. Duarte na sua obra, *com a graça do senhor Deos de seguir todavia minha temçomposeu seruiço. ca doutra guisa nom me parece que faria o que deuo*<sup>23</sup>...;

- a reunião seguinte do conselho real é já depois da partida da expedição, em Lagos, onde fica decidido que *see deulgasse claramente toda a uerdadeira emtemçom daquelle movimento*..., do que foi

<sup>5</sup> Isabel DIAS, *A arte de ser bom cavaleiro*, Lisboa, Editorial Estampa, 1997, oferece a mais actual e cuidada análise do Livro de D. Duarte desde o ponto de vista das suas propostas de educação, análise que conviria retomar e enquadrar em perspectivas europeias - não esqueçamos que muito do Humanismo das cortes italianas do Norte (Ferrara, por exemplo, mas também essa corte de justas e torneios que era a de Lorenzo de' Medici...) não desdenhou de ajudar a cultivar uma dimensão cavaleiresca que aí actuava como um belo sonho... - e menos «técnicas» que são, obviamente, as mais evidentes.

<sup>6</sup> J. Esteves PEREIRA, introd. à sua ed. da *Crónica da Tomada de Ceuta*..., pág. XXV e Joaquim de CARVALHO, *Estudos sobre a Cultura Portuguesa do Século XV*, Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1949, I, pág. 178

<sup>7</sup> Gomes Eannes de ZURARA, *Crónica da Tomada de Ceuta*..., cap. XLIV, pág. 134

<sup>8</sup> Gomes Eannes de ZURARA, *Crónica da Tomada de Ceuta*..., cap. XLVII, pág. 137-138

<sup>9</sup> Gomes Eannes de ZURARA, *Crónica da Tomada de Ceuta*..., cap. XLVII, pág. 144-146

<sup>10</sup> Gomes Eannes de ZURARA, *Crónica da Tomada de Ceuta*..., cap. XLVII, pág. 146; D. Duarte, *Leal Conselheiro*, ed. cit., cap. LIII, pág. 233, recorda: «Porém concludindo digo, que onde nom leixam por lhe frigr manygfestamente assy o sserviço de nosso senhor deos, que alhur nem despois nom vejam maneira de o poderem refazer, ou cayrom em tal myngua que claramente seja muyto verdadeeira desonrra, como fez elrey, nosso senhor, quando el sofre e quys que eu e meus irmãosos, o ifante dom Pedro e dom Henrique e o conde de Barcellos, sofrermos na filhada de Cepta assaz muy grande pestellença, o qual sempre muito costumava de lhe fugir...».

<sup>11</sup> Gomes Eannes de ZURARA, *Crónica da Tomada de Ceuta*..., ed. cit., cap. XLVIII, pág. 148

<sup>12</sup> Permita-se-nos sugerir que no *Leal Conselheiro* nem toda a lealdade estará - e deverá ser - conotada com o seu sentido hodierno de amizade..., sinceridade... que privilegiou José GAMA (*A filosofia da cultura portuguesa no "Leal Conselheiro"*..., ed. cit., 92-110). Sabendo-se que a lealdade se baseia na \*legalidade (legalem >leal), o rei, com mais fina subtilidade do que costuma pensar-se, estabelece esse seu *ABC de lealdade* - delineado, principalmente, «pêra senhores e gentes de suas casas» (*Leal Conselheiro*, ed. cit., pág.3) - com base nas diferentes legalidades que, desde o coração de cada qual à situação social de cada um, sublinham a sua «dependência» - de Deus..., do rei..., da corporação..., do grupo..., do outro..., etc. - que fundamenta e dá coesão à pirâmide social em que cada um se encontra inserido e a que deve manter-se «fiel». A fidelidade - então como hoje, aliás - traduzia uma legalidade. A Murray, *Razón y sociedad en la EdadMedia*, ed. cit., pág. 183-185 sublinhou, ainda que, como ele próprio reconhece, rapidamente, a importância da lealdade como base e baseada na legalidade. E, deste modo, talvez, muitas das recordações - ou do que hoje tomamos por tal - que se guardam no *Leal Conselheiro* não tivessem sido muito mais que leais - entendamos «fiéis» - recordações da sua própria lealdade para consigo e para com os outros. Não nos deixou Jan Van Eyck o célebre retrato de um cavaleiro -

encarregado, como se sabe, mestre Fr. João de Xira...;<sup>24</sup>

- a quinta sessão que Zurara releva, passa-se *ante asAljaziras* e aí fica determinado *ir sobre a cidade a segunda feira seguinte*<sup>25</sup>... Começada a viagem naquele dia, a *cerraçam* e as correntes lançaram toda a frota *das naaos caminho de Malega*, excepto a nau de Estevão Soares de Melo e *asgalees e Justas e outros nauiospequenos* [que] *foram aquelle mesmo dia ante a cidade*<sup>26</sup>..., o que deu o primeiro sinal aos mouros para fecharem as portas...;

- na sexta, *aa quarta feira que era uespera de sancta maria dagosto*, reúne o rei o seu conselho para resolver passar-se a Barbaçote a esperar as naus<sup>27</sup> ...;

- a sétima reunião tem lugar junto a Barbaçote, *no qual se determinou de filhar a terra em der eito de kuuas saleguas que aly estam*<sup>28</sup>... E Zurara lembra que *estando assi elrey... sobreueo huuagrande tormenta, polo qual foi neçesario que se elrey dahy partisse pêra outra parte, porque o lugar era tal que a frota nam podia aly rrepairar, mas esto foi enviado polia graça de Deos segundo adiante será contado*<sup>29</sup>... E o cronista, cumprindo a promessa, descreve depois as razões que fizeram dessa tormenta um acontecimento providencial, pois, desviando de novo as naus e pondo-as outras vez a caminho de Málaga, fazendo-as surgir em Algeciras..., levou os defensores de Ceuta a crer que a frota portuguesa tinha abandonado o alvo<sup>30</sup>... E Zurara não se esquece de juntar um outro sinal favorável à empresa: o rei D. João I, tão forte em terra como fraco no mar pelo enjoo, não sofreu os seus efeitos durante a viagem, tal como tinha pedido, antes de partir, a Nossa Senhora da Escada<sup>31</sup>;

- o cronista de Ceuta refere ainda um projecto de conselho que *Elrei quisera teer logo aly* e que, ao parecer, não chegou a realizar-se pela falta de conselheiros, já que a maior parte da frota fora, como disse, arrastada pelas correntes<sup>32</sup>...;

- a reunião seguinte, muito importante para o futuro da empresa, celebra-se sob a impressão dessa tormenta, da armada dispersa e das *desvairadas departiçoens* que corriam pela frota, onde *nam auia nenhum, que cuidasse que auiam dali de fazer viagem senom pêra PortugaP*... Uma reunião do conselho real entre Algeciras e Gibraltar? A opção de alguns em tomar Gibraltar em vez de Ceuta parece confirmá-lo. De qualquer modo, nesse momento, o conselho está dividido em três grupos: os que propõem a continuação dos esforços para tomar Ceuta; os que sugerem a conquista de Gibraltar; e os que defendem, pura e simplesmente, o regresso a Portugal. Os infantes, recordando que, por serviço de Deus, o rei desprezara *tantos contrairos deste feito*, são de opinião que à conquista da praça marroquina não se renuncie sob a impressão de um *contrairo tão pequeno*<sup>33</sup> e se ponha a esperança da vitória em Deus. Os que aventavam a tomada de Gibraltar faziam-no por razões da dificuldade do cerco de Ceuta, do número sem fim de mouros com que se teria de lutar... e para não deitar a perder todos os esforços *-pois que cajá somos, que vos contentees de filhardes a villa de Gibraltar*<sup>34</sup>... Nas razões dos que propunham o regresso a Portugal e que Zurara resume num capítulo especial<sup>35</sup>, - a importância do grupo ou a importância que o cronista lhe concede no plano retórico da obra? - passam-se à frente, fazendo-os, porém, seus, *os ja foliados muitos contrairos* e o argumento final e, talvez, o mais importante desde o nosso ponto de vista, é não poder considerar-se *serviço de Deos* levar tanta gente a morrer, *sem algúua esperança de vitoria*<sup>36</sup>... O rei, como se sabe, *adiâpera despois* a sua decisão, apenas ordenando que a frota se lance na ponta do Carneiro;

---

Huízinga (*El otono de la Edad Media*) di-lo de «esfinge egipcíaca» - segurando na mão um documento e que, em tempos de tantas lealdades e deslealdades (leia-se legalidades e «deslegalidades»), intitulou precisamente, de *Leal souvenir*? Não seria também este um belo título para o *Leal Conselheiro*?

<sup>24</sup> Gomes Eannes de ZURARA, *Crónica da Tomada de Ceuta...*, ed. cit. cap. XLVIII, pág. 149

<sup>25</sup> Gomes Eannes de ZURARA, *Crónica da Tomada de Ceuta...*, ed. cit. cap. LI, pág. 155-156

<sup>26</sup> Gomes Eannes de ZURARA, *Crónica da Tomada de Ceuta...*, ed. cit. cap. LVI, pág. 168-169

<sup>27</sup> Gomes Eannes de ZURARA, *Crónica da Tomada de Ceuta...*, ed. cit. cap. LVI, pág. 169

<sup>28</sup> Gomes Eannes de ZURARA, *Crónica da Tomada de Ceuta...*, ed. cit. cap. LVII, pág. 170-171

<sup>29</sup> Gomes Eannes de ZURARA, *Crónica da Tomada de Ceuta...*, ed. cit. cap. LK, pág. 174-176

<sup>30</sup> Gomes Eannes de ZURARA, *Crónica da Tomada de Ceuta...*, ed. cit. cap. LIX, pág. 175

<sup>31</sup> Gomes Eannes de ZURARA, *Crónica da Tomada de Ceuta...*, ed. cit. cap. LX, pág. 176

<sup>32</sup> Gomes Eannes de ZURARA, *Crónica da Tomada de Ceuta...*, ed. cit. cap. LX, pág. 177

<sup>33</sup> Gomes Eannes de ZURARA, *Crónica da Tomada de Ceuta...*, ed. cit. cap. LX, pág. 177

<sup>34</sup> Gomes Eannes de ZURARA, *Crónica da Tomada de Ceuta...*, ed. cit. cap. LXII, pág. 180

<sup>35</sup> Gomes Eannes de ZURARA, *Crónica da Tomada de Ceuta...*, ed. cit. cap. DQI, pág. 182

<sup>36</sup> Gomes Eannes de ZURARA, *Crónica da Tomada de Ceuta...*, ed. cit. cap. LXII, pág. 183

- a última reunião do conselho real que interessa aqui reter é a que se realizou, sentados o rei e os conselheiros no chão, na ponta do Carneiro<sup>38</sup>. Aí, começando pelas razões dos que defendiam a volta a Portugal, D. João I pondera abreviadamente, as diversas propostas - é interessante ver como, ao avaliar Ceuta em cidade e Gibraltar em vila, recusa o ridículo do *mons parturiens*... - declara, com solenidade, que sua vontade he o dia de oje a Deosprazendo ser sobre a cidade de Cepta e de manhã filhar terra, e dhi em diamte prosseguir sua entemçom, ataa que a Deos traga aquellafim que sua merceefor<sup>39</sup>...

Ao longo dessa síntese documental organizada por Zurara há várias referências a *sinaes* e à relativa importância, mais profética do que verdadeiramente orientadora da acção, que lhes foi concedida na ponderação das decisões... Há mesmo em G. E. de Zurara uma tentativa de "imparcialidade" ao registar os agoiros que se verificavam e se interpretavam do lado dos cristãos e dos mouros e, até, por algumas pessoas individualmente consideradas. Mas uma argumentação contrária à tomada de Ceuta estabelecida, fundamentalmente, com base na interpretação de *muytos synaaes, venturas contrairás* não parece ter existido, ou não ter tido relevância para Zurara, se não antes da resolução definitiva de D. João I pôr, apesar de tudo, a empresa em marcha. Naturalmente, será sempre possível pensar que nos *tantos contrairos* que os príncipes e os que estavam pelo seu parecer evocavam algumas vezes - como, por exemplo, na reunião do conselho entre Algeciras e Gibraltar - se incluísem também sinais e venturas contrárias... Era, efectivamente, esse um argumento utilizado quer pelos que defendiam, inicialmente, o adiar ou mesmo o anular da viagem, quer pelos que viriam também a defender, depois, o regresso, a Portugal. Contudo, o cronista não especifica tal matéria e não retoma os *muytos sinais que ouvera por morte da muy virtuosa rainha* - principalmente, a peste e o "cris" do sol - nem volta a acenar com outro sinal contrário - a própria morte da rainha. Ora, segundo a memória de D. Duarte, a esses *sinaes, venturas contrairás* os que votavam pelo regresso a Portugal teriam juntado *o tempo contrairo. que muytos dias nom consentio que filhássemos o porto* - logo, a fúria do mar - e a *grande pestenença que na frota era...*, argumento, este último, que, segundo Zurara., tinham previsto logo de início<sup>40</sup>. Por outro lado, pela sequência do relato do cronista, resulta a impressão de que a última reunião do conselho real que considerámos parece poder localizar-se entre Algeciras e Gibraltar e, se assim for, pela argumentação aí apresentada, pode igualmente identificar-se com o que evoca D. Duarte. Tal reunião ter-se-ia passado sob a impressão do tempo e, portanto, do mar contrários... Finalmente, segundo D. Duarte, a decisão de ir sobre Ceuta foi anunciada pelo rei nessa ocasião, mas, de acordo com Zurara, ocorreu no conselho seguinte na ponta do Carneiro...

Não interessa, contudo, para o nosso propósito continuar a confrontar as testemunhas - uma participante, em situação privilegiada, nos acontecimentos, outra escrevendo sobre e sob documentos... De qualquer modo, o texto de D. Duarte parece conter um testemunho que pode não só ajudar a precisar cronologicamente a sequência de Zurara, mas também deixar entrever — e isto é, por agora, o mais importante - o cenário físico e psicológico de tal conselho pela valorização que aí se fez dos sinais que houve na morte da rainha, da tempestade, do mar, e da peste, ao mesmo tempo que reúne os diversos elementos valorativos da imagem do rei, seu pai, que se lêem ao longo das indicações de G. E. de Zurara. E, como, talvez, tenha resultado da análise que desse mesmo texto propusemos, o rei Eloquentes compraz-se em sublinhar o enfrentamento do rei de Boa Memória, seu pai, com agoiros, tempo, mar e inimigos para provar e testemunhar da força do seu coração exemplar. E este é um traço que separa os dois textos históricos. E toda a fronteira é uma distância...

Não concluamos. A história não fornece exemplos de reis apenas aos reis... e D. João I não foi o único que, frente a *sinaes, venturas contrairás*, tempo, mar e inimigos, quis *provar*, desprezando-os, o seu *coraçom*... O *exemplo* - é um facto atestado literariamente - pretende-se sempre um contágio...

Ainda no século XV, outro que no labirinto da fortuna deste mundo se assinalou por *valiente*, ainda que neste caso, *no bien afortunado*, mas igualmente *virtuoso*, foi, como se sabe, *operinclito Conde/de*

<sup>38</sup> Gomes Eannes de ZURARA, *Crónica da Tomada de Ceuta...*, ed. cit. cap. LXIII, pág. 183 («Como os outros do conselho disseram a terceira rrezam e como por el Rey foi determinado a ponta do Carneiro que queria yr sobre a cidade de Cepta»).

<sup>39</sup> Gomes Eannes de ZURARA, *Crónica da Tomada de Ceuta...*, ed. cit. cap. LXIII, pág. 184

<sup>38</sup> Gomes Eannes de ZURARA, *Crónica da Tomada de Ceuta...*, ed. cit. cap. LXIII, pág. 183

<sup>39</sup> Gomes Eannes de ZURARA, *Crónica da Tomada de Ceuta...*, ed. cit. cap. LXIII, pág. 185

<sup>40</sup> Gomes Eannes de ZURARA, *Crónica da Tomada de Ceuta...*, ed. cit., cap. XLVII. Pág. 146

*Niebla...* Dele, apesar de todos conhecerem *bien adonde / diofin, el dia dei curso fadado*, Juan de Mena, vendo-o mais demoradamente - *tardança más fiz - en la barca... asentado / vestido de engano de las bravas ondas / en aguas cruels...* anegado, conta, isolando-o também por senhor e exemplo, a história da sua *perdición*, ao mesmo tempo que pede, como lhe exigiam os cânones, a compaixão do leitor<sup>41</sup>... Vale a pena, também aqui, copiar parcialmente esse, um dos muitos *casos fallaces* da Fortuna que canta o autor de *Las Trecientas*:

*«En la su triste fadada partida muchas  
senales que los marineros han por  
auspicios y maños agüeros fueron  
mostradas negar su venida, las cuales  
veyendo, con voz dolorida el cauto maestro  
de toda suflota ai conde amonesta dei mal  
que denota, por que la viafuesse resistida:*

*"Ca he visto", dize, "senor, nuevosyerros la  
noche passada fazer las planetas, con  
crines tendidas arder las cometas e dar  
nueva lumbre las armas e fierros,  
gridarsin ferida los canes e perros, triste  
presagio fazer de peleas las aves noturnas  
e las funéreas por los collados, alturas e  
cerros.*

*"Vi que las gúminas gruesas crebavan  
quando las áncoras quis levantar, vi las  
entenas por médio quebrar, aunque los  
cárbasos non desplegavan, los  
másteles fuertes en calma feblavan,  
los flacos trinquetes con la su mezana vi  
levantarse de non buenagana quando los  
vientos se nos conbidavan.*

*"En la partida dei resto troyano de aquella  
Cartago dei bírseo muro el voto prudente  
dei buen Palinuro toda la flota loó de más  
sano, tanto que quiso el rey muy humano,  
quando lo vido pasado Acheronte com  
Leocaspis acerca de Oronte, en el Averno  
tocarle la mano.*

*'Ya pues, si deve en este grand lago guiarse  
la flota por dicho dei sage, vos dexaredes  
aqueste viage fasta ver dia non tan aziago.  
Las deidades levar por falago devedes,  
veyendo senal de tal plaga; non dedes  
causa a Gibraltar quefaga en sangre de  
reyes dos vezes estrago.*

<sup>41</sup> Juan de MENA, *Laberinto de Fortuna* in *Obras completas* (edición, introducción y notas de Miguel Ángel Pérez Priego, Barcelona, Planeta, s. a. (1989), est CLIX - CLXXXVI (w. 1265-1488); a passagem cit ref. à est. CLX (w. 1273-1280).

*«El Conde, que nunca de las abusiones  
creyera, nin menos de tales senales, dixo:  
"Non pruevo por muy naturales, maestro,  
ninguna daquestas razones; las que me  
dizes nin bien perfeçiones nin veras  
prenósticas son de verdad, nin los indiçios  
de la tempestad non veemosfuera de sus  
opiniones.*

*"Aun siyo viera la mestrua luna con  
cuernos oscuros mostrarsejuscada, muy  
rubicunda o muy colorada, creyera que  
vientos nos diera fortuna. Si Phebo,  
dexada la delia cuna, ígneo viéramos o  
turbulento, temiera yo pluvia confuerça de  
viento; en otra manera non sé qué  
repuna.*

*"Nin veo tampoco que vientos delgados  
muevan los ramos de nuestra montaria,  
nin fieren las ondas con su nuevasana la  
playa, con golpes más demasiados; nin veo  
dal fines defuera mostrados, nin los  
merinos volar a lo seco, nin los caístros  
fazer nuevo trueco, dexar las lagunas por  
ir a los prados.*

*"Nin baten las alasya los alçiones,  
nin tientan jugando de se rociar, los  
quales amansan la fúria dei mar con  
sus cantares e lânguidos sones e dan  
a susfijos contrarias sazones nido en  
ivierno con grande pruina, do  
puestos acerca la costa marina en un  
semilunio les dan perfecciones.*

*"Nin la corneja non anda senera por  
el arena seca paseando, con su  
cabeça su cuerpo banando por  
ocupar el agua venidera; nin buela  
la garça por alta manera, nin sale la  
fállica de la marina contra los  
prados, nin va nin declina como en  
los tiempos adversos fiziera.*

*"Despliega las velas, puesd, ya qué tardamos? e  
los de los barcos levanten los remos, a bueltas  
dei viento mejor que perdemos, non los agujeros,  
los fechos sigamos; pues una empresa tan santa  
levamos que más non podría ser otra ninguna,  
presuma de vos e de mi la Fortuna, non que  
nosfuerça, mas que la forçamos."*

*«Tales palabras el conde dezía que  
obedescieron el su mandamiento, e  
dieron las velas infladas ai viento,  
non padesçiendo tardança la via.  
Segund la Fortuna lo ya desponta,  
llegaron acerca de la fuerte villa el  
conde con toda la rica quadrilla epor  
el agua suflota seguia.*

*Con la bandera dei conde tendida  
ya por la tierra sufijo viniere  
con mucha más gente qu' el padre le diere,  
bien a cavallo e en punto guarnida,  
por que a la ora quefuese la grida  
subitamente, en el mesmo deslate,  
por çiertos lugares oviese combate  
la villa que estava desaperebida»<sup>42</sup>.*

A morte, não propriamente a derrota, do conde junto aos muros de Gibraltar teve lugar em 1436... e é, como sabemos, para Juan de Mena um *caso falaz* da Fortuna, um exemplo da Fortuna adversa, como convém a uma obra que narra, com desespero, como a *mudable Fortuna* nos fatiga em *vezes alternas / alegres agora e agora enojosas* (w. 71-72). Mas conta também o exemplo de alguém - e é o que importa aqui - que, prevenido de sinais, de ameaça de tempestade e das adversidades que o esperavam, porque nunca *de las abusiones / creyera*, as examina e, interpretando-as, as classifica, contrariamente, de *muy naturales*. O conde de Niebla, com efeito, não as tem por *verasprenosticas... de verdad*, nem enxergou os *indícios de la tempestad/...juera de sus opiniones...* Por isso, ordenando desfraldar as velas e lançar os remos, conclui, como vimos, por entre ordens de marinharia e ponderação de ideias:

*non los agueros, los fechos sigamos;  
pues una empresa tan santa levamos  
que más non podría ser otra ninguna,  
presuma de vos e de mi la Fortuna,  
non que nos fuerça, mas que la forçamos* (w. 13801384)

E efectivamente, a um descuido que, na retirada, não previu a enchente da maré e a um generoso mau cálculo das capacidades da barca em que se salvava - *e como los suyos comenzava a entrar/ la barca con todos se ovo de anegar, / de peso tamano non sostenedora* (w. 1470-1472) - que não à fúria do mar ou a estragos da tempestade se ficou a dever a morte *dei buen conde sobre Gibraltar...*

Os acontecimentos relatados ocorreram, como se sabe, em 1436 e talvez até deles tenha tido D. Duarte conhecimento... Mas para além desta possibilidade que, por outras razões, seria interessante averiguar, sabemos que se deram num lugar muito próximo daquele em que D. João I celebrou o conselho que o rei, seu filho, lembrou no seu *Leal Conselheiro...* E, por outro lado, em um e outro caso, o ambiente e, sob certos aspectos, o cenário evocados por ambos os textos têm em comum os efeitos da tempestade, a fúria do mar, a evocação de agoiros e, curiosamente, a desconfiança acerca dos resultados de uma viagem sobre uma praça muçulmana a conquistar... Os agoiros pormenorizadamente lembrados pelo *cauto maestro de toda suflota* ao conde de Niebla para o levar, também a ele, a adiar *aqueste viaje /fasta ver dia no tan açiago* (v. 1331-1332), aparecem igualmente, como em síntese, sugeridos nos *muytos synaaes, ventuiras contrairás* que se viram quando da morte da rainha portuguesa..., entre eles também um sinal astrológico - o "cris do sol" durante três dias... E, além disso, os

<sup>42</sup> Juan de MENA, *Laberinto de Fortuna...*, ed. cit, est CLXIII - CCXXV (w. 1297-1400).

dois textos reflectem a atitude semelhante dos dois capitães - o rei e o conde - perante as abusões..., interpretando-as favoravelmente, confrontando-as com o ideal que os determina... Este parentesco dos dois textos derivará apenas de circunstâncias históricas coincidentes em momentos muito próximos? Não discorramos por uma questão retoricamente colocada. Digamos, talvez incontrovertidamente, que o parentesco - o das suas formas e fórmulas, sobretudo - entre os dois textos não é suficiente para sugerir imediatas influências em um ou outro sentido. Nem J. de Mena, relacionado, posteriormente, com a roda do infante D. Pedro, duque de Coimbra<sup>43</sup>, terá, certamente, lido essa página do *Leal Conselheiro*, nem D. Duarte terá, mais seguramente ainda, tido acesso a um texto do poeta cordovês em que se divulgasse, antes de 1438 - ano de sua morte -, nos mesmos moldes, tal episódio. O *Laberinto de Fortuna* em que se exalta D. João II de Castela e em que os cunhados do rei português, os infantes de Aragão a quem D. Duarte enviou a sempre referida carta sobre o relacionamento da "ínculta geração" com o rei, seu pai, vêm lembrados (w. 1230-1240), apenas foi apresentado, tal como o conhecemos, ao rei castelhano em Fevereiro de 1444...

Por outro lado, os dois textos, através de formas e géneros diferentes, dizem respeito a acontecimentos históricos que, relativamente próximos no tempo -1415,1436 - no espaço - entre Algeciras e Gibraltar -, na situação - um capitão viajando ao encontro de um exército mouro -, são contudo, independentes e, como tais, não tinham por que forçosamente apelar a qualquer relação textual. Isto, naturalmente, não quer dizer que a apresentação ou valorização de alguns factos que os tecem ou o modo de olhar os dois principais intervenientes (heróis) -João I de Portugal e o conde de Niebla - não possa estar intertextualmente relacionada. E são estas últimas perspectivas, com especial incidência na visão que o rei e o poeta têm dos seus heróis que merecem, principalmente, um pouco mais de atenção. Leitores que foram, poderão, para observar as suas figuras, as engrandecer e delas fazer heróis, ter usado a mesma lente... E talvez seja esta lente - toda a lente é um *medium* - que estabelece a relação textual que sugerem os dois textos...

Ora, para J. de Mena, esse texto através do qual foi observado D. Henrique de Guzmán, é, desde o século XVI, bem conhecido: basicamente, a passagem do Canto V (w. 504-595) à *Farsalia* de Lucano<sup>44</sup>, autor, aliás, não só visto por Mena, na *Coronación dei Marquês de Santillana*, entre *otros sábios cordobeses*, mas também imitado em outros lugares de *Laberinto*<sup>45</sup>. Aí igualmente alguém, neste caso Amiclas, o barqueiro acordado por César para fazer atravessar o mar ao encontro de Pompeu, aponta ao chefe romano, desenganado das suas tropas, os sinais contrários que pressagiam tempestade e fúria do mar e, logo, deverão fazer perigar os seus intentos.... Também, então, César os interpreta, referindo favoravelmente à sua pessoa e empresa esses sinais da Fortuna - *Quid tanta strage paratur/ ignoras: aquaerit pelagi caelique tumultu/quod praestet Fortuna michi...* w. 591-594... Depois, segue-se a descrição dos ventos desencadeando a tempestade...

Tal imitação do texto do poeta romano pelo poeta cordovês - uma *das primeras muestras castellanas de imitación conscientemente meditada dei arte antiguo* - foi já larga e magistralmente analisada e assinalados os elementos díspares (*Eneida* e *Georgicas...*, *Metamorfoses...*) que se combinam com os do texto de *Farsalia* na elaboração desse episódio da *orden de Mars* no *Laberinto*..<sup>46</sup> Mas tal análise deteve-se, talvez porque é o mais evidente, no que diz respeito à origem dos diversos agoiros assinalados pelo *cauto maestro* e à sua interpretação pelo conde de Niebla e só obliquamente fez ressaltar a *coragem do capitão* enfrentando sinais e venturas adversas para correr aos inimigos..., que é, cremos, outro traço - talvez o mais preciso - que une o texto de Lucano e o de J. de Mena, melhor, talvez, César e D. Henrique de Guzmán, o capitão romano e o capitão espanhol... Um paralelismo que não deixaria de atrair o poeta «pre-renascentista» que foi autor do *Laberinto de Fortuna*.

<sup>43</sup> Maria Rosa LIDA DE MALKIEL, *Juan de Mena, poeta dei prerrenacimiento espanol*, Méjico, El Colégio de México, 1984 (2<sup>a</sup> ed. adicionada por Yakov Malkiel), pág.325,326; A J. da Costa PIMPAO, *História da Literatura Portuguesa - Idade Média*, Coimbra, Atlântida, 1959, pág. 345-346; Luis A FONSECA, *Uma Elegia inédita sobre la Familia de Avir. Un aspecto de la propaganda política en la Península Ibérica a mediados dei siglo XV*, in *Anuário de Estudios Medievales*, XVI (1986), pág.449-463.

<sup>44</sup> M. Annaeo LUCANO, *La Farsalia*, (Texto revisado y traducido por Victor José Hierro Llorente), Barcelona, Ediciones Alma Mater, s.a. (1967).

<sup>45</sup> Maria Rosa LIDA DE MALKIEL, *Juan de Mena, poeta dei prerrenacimiento espanol*, Méjico, ed. cit, pág. 31,32,37, *etpassim*.

<sup>46</sup> Maria Rosa LIDA DE MALKIEL, *Juan de Mena, poeta dei prerrenacimiento espanol*, Méjico, ed. cit, pág. 64-74

Será ousado, então, pensar que também D. Duarte se lembrava de Lucano ao esquematizar, nas suas circunstâncias, essa sessão do conselho real entre Algeciras e Gibraltar? Talvez não, e se não há no texto de D. Duarte, porque de História se trata e não de Poesia, - embora Lucano fosse, muitas vezes, contado entre os historiadores de César - uma acumulação, para efeitos poéticos, de agoiros como no texto de *Laberinto*, há contudo, alusão precisa a sinais e venturas e o que é, talvez, mais importante, a fixação da mesma atitude do chefe resoluto que, corajosamente, se enfrenta, à partida, com alguém que lhe aponta, dramaticamente, esses sinais adversos..., sinais que despreza e, por sua vez, interpreta a seu favor... Com efeito, esses *algúus contrair os* dentre os conselheiros de D. João I ao aludirem, segundo a síntese de D. Duarte, na sua obra de finalidades exemplares, aos *muytos synaaes, ventuuras contrairás que ouvera por morte da muy virtuosa rainha*, estavam apontando, tal como o barqueiro de César e o *cauto maestro* da frota do Conde de Niebla, sinais de igual ou semelhante natureza, isto é agoiros astrológicos - não só o *cris* do sol..., mas também a *grande pestenença* que, de acordo com doutrinas, então, correntes, teria a mesma origem - e outros de natureza mais "positiva" - a tempestade..., a fúria do mar..., passados, é certo, mas ainda bem presentes nos seus efeitos não apenas físicos. E, por outro lado, D. João I, como César, como Henrique de Guzmán, encarregar-se-á de converter o significado de tais agoiros em meios *de provar toda força de seu coraçom*...

Aceitemos, já que tal não parece ser difícil, que o texto de Lucano possa ter - ou poderia ter - servido a D. Duarte para construir o esquema evocativo desse histórico conselho entre Gibraltar e Algeciras de modo a fazer sobressair, à maneira de um César exemplar, o seu herói - o seu rei e seu pai. Terá, contudo, o rei Eloquente conhecido a obra de Lucano? Para a Península Ibérica já sugerimos o aproveitamento da *Farsalia* no *Laberinto de Fortuna* e digamos agora que em outras obras de J. de Mena. (*Debate de la razón contra la Voluntad*, por exemplo) tal aproveitamento se continua no seguimento, aliás, da atenção que lhe tributaram um Afonso X - quem mandou traduzir a obra do poeta latino e dela se aproveitou na *General Historia* -, um Pérez de Guzmán..., um Francisco Imperial... ou um Marquês de Santillana.... - este possuía três manuscritos da obra<sup>47</sup> - ou um Gómez Manrique..., para culminar não só na tradução de Laso de Oropesa (ed. em 1535), mas também na utilização e elogios que Luís Vives faz da mesma obra<sup>48</sup>... Entre nós teria igualmente corrido a obra de Lucano? É de crer que sim, mas positivamente só podemos saber que, para a época próxima de D. Duarte, é Gomes de Zurara quem, como quase sempre, fornece as primeiras pistas da sua presença... Mas, quase sempre também, fá-lo lançando mão não do texto do poeta, mas, sim, da tradução que Afonso X inseriu na sua *General Historia*. É um dado este da erudição do cronista de Ceuta e da cultura portuguesa do século XV desde há muito adquirido<sup>49</sup>. Mas na primeira parte da *General Historia* que insere principalmente a passagem em que o "bispo" Acareo discorre diante de César sobre as nascentes misteriosas do Nilo - o texto que Zurara aproveita - não vem a tradução da narração da *Farsalia* que nos ocupa.... Por outro lado, D. Duarte não contava, segundo o rol que dela possuímos, com essa obra de Lucano na sua biblioteca..., como também não parece ter existido na do Condestável D. Pedro, seu sobrinho<sup>50</sup>... No entanto, se o texto da *Farsalia* não se pode rastrear nos catálogos destas bibliotecas - o que seria um bom índice e nada mais, talvez - sabemos que na livraria de D. Duarte existia *um Júlio César*... Tal título indicativo poderia indiciar não a *Farsalia* - alguma vez também chamada em castelhano *Hestorea de Júlio César e Pompeo* -, mas, sim, a *Vida e Feitos de Júlio César*..., tradução parcial de *Li Faits des Romains*, posta em português no século XV... Não interessa saber agora se a tradução que hoje possuímos foi encarregada directamente pelo Condestável..., apenas interessando anotar a existência dessa obra no rol dos livros de D. Duarte e sublinhar que

<sup>47</sup> Mário SHIFF, *La Bibliothèque du Marquis de Santillane*, Paris, libr. Emile Bouillon, 1905, pág. 136-140.

<sup>48</sup> Gilbert HIGHER, *La Tradición Clásica*, México, F.C.E., 1954,1, pág. 9&-98-186-187; S. J. HERRERO LLORENTE, *Farsalia* (Introd.), I, pág. XLI-XLVI.

<sup>49</sup> Joaquim de CARVALHO, *Estudos sobre a Cultura Portuguesa do século XV*, ed. cit. pág. 56-58-63,178; permitimo-nos remeter para uma breve nota nossa em que procuramos sintetizar alguns caminhos da alta cultura portuguesa do século XV - *Príncipes, Armas e Letras* - publicada em *Nos confins da Idade Média. Arte Portuguesa nos séculos XII - XV* (Secretaria de Estado da Cultura - Museu Soares dos Reis, 1992, pág. 69-73) que, em virtude dos erros tipográficos de que não somos responsáveis, haverá que ler na sua tradução da edição francesa do mesmo catálogo - *Aux confins du Moyen Âge. Art portugais, XII-Xvème siècle*, Europália 91Portugal, pág. 77-82 onde o texto aparece quase correcto.

<sup>50</sup> O Rol da livraria de D. Duarte - *Estes são os livros que tinha El Rey Dom Duarte* - foi publicado por J. Pici em apêndice (9) à ed.

uma das fontes de *Vida e feitos de Júlio César* é, ao lado de Suetónio e Salústio, a *Farsalia* de Lucano<sup>51</sup> ... Ora, precisamente, é com base em Lucano que a *Vida e feitos de Júlio César* historia a ida do general romano para o Epiro..., aproveitando, inclusivamente, a passagem que nos concerne, isto é, o seu enfrentamento com a Fortuna lembrada pelo barqueiro<sup>52</sup>...

Foi este o texto através do qual D. Duarte quis escrever sobre a glória do rei, seu pai, enfrentando-se, em 1415, com sinais e venturas..., a tempestade... e o mar? É, pelo menos, senão uma certeza, uma boa hipótese e tudo parece confirmá-la...

De qualquer modo, e qualquer tenha sido o *medium* utilizado por D. Duarte, a visão exemplar do rei D. João I oferecida nessa página do *Leal Conselheiro* é, pensamos, devedora dessa visão que Lucano, nesse momento da *Farsalia*, nos transmite de César...

A ser assim, na reestruturação que desse momento histórico - que é a decisão do rei português no conselho real entre Gibraltar e Algeciras, nos dá o rei D. Duarte que dele foi testemunha e parte - haverá, portanto, um substrato literário, poético mesmo. Poderá, então, perguntar-se a que reino pertence o *exemplum*: à História, isto é, ao documento ou à literatura, quer dizer, à Poesia? A nossa análise procurou sugerir a dificuldade de traçar fronteiras e ainda a conveniência de não contar com elas..., tentando pôr em evidência como a Poesia pode tecer - como neste caso concreto tece - as dimensões da História, permitindo-lhe distanciar-se para melhor rever os seus objectos e objectivos... Por isso, não há que confiar nem no documento nem no exemplo mesmo o mais real... Por detrás de todo o documento há - ou pode haver - um cânone - sempre relevando da Retórica e quase sempre da Poesia - e por detrás de um rei à frente da sua frota pode descobrir-se um César... É, precisamente, este «desco brimento» - de D. Duarte e nosso - que, como vimos tentando sugerir, confere ao testemunho do rei Eloquentia a sua dimensão - e o seu valor - de documento histórico. Com efeito, tanto pela sua participação directa nos acontecimentos - a empresa guerreira em que tomou parte ..., os ideais de «guerra santa» em que tal empresa vinha enquadrada..., a peste que o ameaça e da qual, contrariando o seu próprio ponto de vista, não pode fugir, já que tudo bem ditado pela decisão do seu pai e rei de desprezar esse perigo..., etc. - como pelo ponto de vista que adopta para os recordar - a dessa fiel consonância com vontade real e paterna - D. Duarte oferece um autêntico testemunho, qualquer seja o filtro literário por que nos vem transmitido. E mais: a literatura que lhe subjaz, em lugar de alterar ou condicionar esse valor testemunhal, permite ao autor do *Leal Conselheiro* inserir as suas vivências - e essa visão do rei de Boa Memória - numa tradição que, como será fácil de aceitar, as torna mais «históricas» e, logo, mais exemplares. Mais autênticas? Não é isto o que está em causa no seu texto e, conseqüentemente, na nossa análise. De qualquer modo, havemos de reconhecer que essa autenticidade testemunhal que o afasta de Juan de Mena. Valerá a pena lembrar que o poeta castelhano apenas se serve do caso desafortunado do Conde de Niebla - um dos mais desafortunados que conhece - para contar a história labiríntica - e misteriosa - da Fortuna? De uma e outra Fortuna - *utriusque Fortunae* - sem, verdadeiramente, atinar com os seus remédios... Nesse labirinto, a exemplariedade não se patenteia na generosidade do conde, mas, sim, na imprevisibilidade da Fortuna.

Se estas sugestões forem aceitáveis, será fácil admitir, como sugerimos, que, nessa página do *Leal Conselheiro*, D. Duarte fornece a visão poética - que nem por isso deixa de ser plenamente histórica - que de seu pai conservava..., visão, aliás, dominante nessa sua obra em que são inseridos outros documentos relevantes do mesmo substrato e com a mesma finalidade de exemplaridade... É o caso, entre outros, da célebre carta escrita em 25-1-1435 aos infantes de Aragão e que constituiu, depois, o cap. 98 do *Leal Conselheiro - da prática que Unhamos com elrey meo senhor e padre* -, texto em que a exemplaridade da família - poderíamos buscar-lhe igualmente os modelos - ganha dimensões de autêntica propaganda política que fazem dele, desde este ponto de vista, um antecedente importante de outros textos de intenção semelhante à volta da «ínclita geração» no contexto da política peninsular do século XV.<sup>53</sup>

dt. do *Leal Conselheiro* (pág. 414-416)

<sup>51</sup> Todas estas questões são afloradas na introd. de Maria Helena Mira Mateus à sua ed. de *Vida e feitos de Júlio César*, Lisboa, Fundação C. Gulbenkian, s.a.

<sup>52</sup> *Vida e feitos de Júlio César...*, ed. cit., ff. 10; 11-16 (pág. 457462)

<sup>53</sup> É o caso, por exemplo de Alonso de CORDOVA, *Commeración Breve de los Reyes de Portugal*, (Introd. [muito importante] Por Pedro M. Cátedra), Barcelona, Editorial Humanitas, 1988; Luís A da FONSECA, *Una Elegia Inédita sobre la Família de Avis: Un*

Por outro lado, as relações que apontamos entre os quatro textos - *Farsalia...*, *Vida e Feitos de Júlio César...*, *Leal Conselheiro...*, *Laberinto de Fortuna...* - unidos pelo que momentaneamente nos interessou - a figura do caudilho desprezador da Fortuna - permitem, talvez, sugerir ainda outro tipo de conclusões.

Com efeito, e ainda ao nível do que ficou ultimamente aludido, é possível perceber-se, através deste microscópico caso que analisamos, algo acerca das diferenças na qualidade e na circulação de textos clássicos dum e outro lado da fronteira em momentos relativamente coincidentes...- se é uma lição sabida, nem sempre se retém -, o que fatalmente condicionou o clima cultural por referência ao ritmo de intensificação dos caminhos do Humanismo na Península Ibérica... A questão dos textos *médium* - neste caso, *Farsalia* e *Vida e feitos de Júlio César*- não é apenas uma questão de pessoas (rei ou poeta) ou de textos (original ou tradução abreviada) ou ainda de precisão de fontes (directa ou indirectamente), mas também uma questão de distância em relação ao ritmo de acercamento aos objectivos culturais que com eles se perseguem... Também não é, obviamente, uma questão de matizes entre exemplaridades - cada qual tem a sua «moral» -, mas, sobretudo, uma questão de saber o que se faz ou quer fazer com esse *exemplum*: um texto do *Leal Conselheiro* que, pese embora a alguns evidentes acenos nesse sentido, não é um texto voltado para os Humanismos renascentistas, ou um episódio de *Laberinto de Fortuna*, um dos mais importantes poemas pre-renascentistas da Península Ibérica...

Em outra ordem de ideias e de coisas, as relações textuais sugeridas, incluindo a genealogia textual que delas poderá ter resultado, permitem chamar a atenção para a importância, mesmo em sede historiográfica, do estudo do que, durante muito tempo, foi, depois de uma certa prática obsessiva e, por isso mesmo, nem sempre fecunda, apelidado de «fontes». O esquema argumentativo, aplicado, muitas vezes, a tais estudos -*post hoc, propter hoc* - nem sempre permitiu distinguir a cópia, o exercício imitativo, o simples estímulo ou, até, como acontece no caso presente, o retomar de um tema através de textos entre si, de algum modo, relacionados..., esquecendo que as «fontes» do documento - ou, se preferirmos, as da História - podem vir determinadas ou marcadas pela Poesia, e que as da Poesia - as da literatura, se, igualmente, preferirmos - podem, por sua vez, vir determinadas ou marcadas pelo documento.

Por fim, a descoberta de uma «fonte» deve permitir pôr um texto - e um documento é, convirá lembrá-lo, antes de mais, um texto - em relação com outros textos da mesma época ou de épocas diferentes que dele não dependem. Aqui interessou-nos tão somente focar o caso - que suspeitamos exemplar - dos textos de *Leal Conselheiro* e do *Laberinto de Fortuna...* São dois textos, cremos, independentes, mas interdependentes por meio de um outro texto anterior. Não será, então, legítimo pensar que as relações intertextuais assim descobertas e afirmadas poderão, por seu turno, levar à constituição de um *corpus* intertextual em um momento preciso que tece a trama cultural desse momento? Então o estudo dessas relações intertextuais pode conduzir à comparação e compreensão dos processos de transformação utilizados e contribuir para o reconhecimento - talvez, até, de uma delimitação e fixação - de uma «poética» nesse momento determinado..., o que pode interessar não apenas à Poesia, mas, evidentemente, também à História. E, sublinhemos, não somente à chamada história literária... E se tal for aceitável, pensamos que é igualmente possível recuperar - sem engeitar métodos de investigação que parecem mais tradicionais - o estudo, tão abandonado, de temas e motivos... A inter-relação dessas unidades textuais poderá, então, desempenhar um papel relevante no processo de renovação não só do estudo dos factos e fenómenos literários, mas igualmente dos factos e fenómenos culturais *tout court*, em que, obviamente, têm de contar aqueles que, tradicionalmente, passam por ser «puramente» - existirão? - e «documentalmente» «históricos»...

Um programa? Antes de mais um desafio, depois de termos ensaiado um pequeno aviso... Leal.

1981 - 2002  
José Adriano de Freitas Carvalho  
Universidade do Porto